



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Juventude periférica contemporânea: entre violência, segregação, política e cultura juvenil Luis Antônio Francisco de Souza

Como citar: SOUZA, L. A. F de. Juventude periférica contemporânea: entre violência, segregação, política e cultura juvenil. *In:* MAGI, E.; MARCHI, L. de. (org.). **Diálogos interdisciplinares sobre a música brasileira**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 163-182.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-38-5.p163-182>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

JUVENTUDE PERIFÉRICA CONTEMPORÂNEA: ENTRE VIOLÊNCIA, SEGREGAÇÃO, POLÍTICA E CULTURA JUVENIL

Luís Antônio Francisco de Souza

Eu tenho uma bíblia velha, uma pistola automática
Um sentimento de revolta
E tô tentando sobreviver no inferno¹.
Mano Brown

INTRODUÇÃO

O tema da juventude ganhou expressão política e importância nas políticas públicas nas duas últimas décadas. O ápice da visibilidade da

¹ As letras citadas neste texto foram extraídas do livro/álbum *Sobrevivendo no inferno* dos Racionais MC'S. O enquadramento ético/político do álbum remete à relação dos músicos com uma releitura da bíblia e a um reencontro com o divino não na forma de uma transcendência, mas de práticas carregadas de sentido que explicam a tomada de posição dos músicos diante do cotidiano perverso da periferia.

juventude como sujeito social e político ocorreu em 2006, com a aprovação do Estatuto da Juventude e da criação de políticas públicas especificamente voltadas para este grupo social. Depois disso, as manifestações do ano de 2013 em torno do Passe Livre e a ocupação de salas de aula de escolas da rede pública de São Paulo, em 2015, demonstraram uma nova consciência da juventude diante dos desafios de sua geração ao lado do esgotamento das formas tradicionais de participação política. Antes desses grandes momentos, a juventude era vista em geral como problema social que deveria ser gerido pelos adultos; os jovens, nos discursos e nas políticas públicas, eram tidos como um grupo social problemático que deveria ser enquadrado por instituições punitivas e tutelares até que se tornassem adultos, por meio da inserção no mercado de trabalho e da constituição de família. Depois de 2016, as políticas públicas e os espaços de participação dos jovens começaram a retroceder e está-se diante do risco de a juventude voltar à condição de invisibilidade e de distanciamento em relação ao poder de décadas atrás (D'ANDREA, 2013).

O presente texto pretende discutir brevemente como houve uma mudança na percepção social sobre a juventude e como o ativismo social, sobretudo por meio da voz periférica presente nos grupos de hip hop permitiu uma nova consciência crítica dos jovens em relação à sua própria situação de subordinação social e de violência policial. Mais do que mera denúncia, a cultura periférica constituiu um *habitus* social do jovem em termos da sua consciência em relação ao discurso da ordem e da segregação social, econômica, racial e de gênero². Mas os desafios são muitos e não basta a expansão da consciência da juventude em relação à sua situação de subordinação. O resultado das eleições presidenciais, que colocou no poder um representante da extrema-direita, portando um discurso de limitação de direitos sociais e de perseguição às minorias, traz questionamentos acerca de como os jovens e a cultura periférica, marcada por ambivalências, enfrentarão o desafio que se apresenta diante de si.

² O conceito de *habitus* social foi cunhado por Norbert Elias para dar conta dos comportamentos que se estruturam a partir da relação do indivíduo com a sociedade. O *habitus* forma assim padrões previsíveis que têm implicações culturais, sociais e políticas, como na comparação que o autor faz entre o chamado *ethos* guerreiro medieval (imoderação e espontaneidade) e a moderna sociedade dos costumes (moderação e controle psíquico) (ELIAS, 1993).

JUVENTUDE E CULTURAS JUVENIS NA MODERNIDADE

A juventude é ao mesmo tempo uma experiência social e uma forma de representação desta experiência. Contudo, nem sempre coincidentes, motivo pelo qual Bourdieu (1983) fez uma famosa provocação, dizendo que juventude é só uma palavra. Ariès (1978) foi um dos primeiros a questionar o fundamento biológico das faixas etárias e mostrar as transformações históricas que levaram à invenção da infância, destacada do mundo adulto a partir, sobretudo, da constituição da escola e dos cuidados com a puericultura. A criança foi isolada do mundo adulto, sendo submetida a uma quarentena, uma clausura, tal qual prisioneiros, monges, loucos e leprosos descritos tão bem por Michel Foucault em *Vigiar e Punir* (1987) e na *História da Loucura* (1978).

Esta ideia de quarentena ou de moratória para entrar na fase adulta é constitutiva da modernidade ocidental e vai se estender para os jovens, ou seja, para os grupos humanos situados entre a fase da infância e a fase adulta. É a chamada invenção da juventude, que, evidentemente, trouxe consequências para a atual concepção da vida humana dividida em fases e com ênfase na faixa etária como um componente naturalizado. Hoje, a questão da vida dividida em fases tornou-se mais complexa e reflexiva na medida em que se pode fazer uma distinção entre moratória social (construída) e moratória vital (biológica). Claro que mesmo a ênfase no caráter biológico do desenvolvimento humano pode sofrer variações em termos dos padrões culturais, científicos e médicos. Desta forma, a idade (ou faixa etária) como condição natural (ou demográfica) nem sempre coincide com a idade como condição social (DAYRELL, 2003). Este é um dos pontos centrais para a discussão contemporânea sobre juventude.

Pelo exposto, nota-se que a juventude é vista como um estado de transição entre o mundo doméstico e familiar, portanto protegido, e entre o mundo público e o do trabalho, portanto desprotegido. Como período transitório, a normalidade da condição juvenil é ser superada no tempo cronológico-social adequado, de forma que o jovem apenas se realiza quando passa à fase adulta. A não coincidência entre faixa biológica e social foi tratada na história como desvio, anormalidade, e como problema social:

A maior parte dos estudos que se debruçam sobre o problema da delinquência juvenil ressalta o caráter de resultado de um “defeito” no processo de socialização, provocado por disfunções no sistema social, e é marcada por uma perspectiva corretiva, que aponta para a necessidade de ‘saneamento’ das patologias e para a busca da reintegração desses jovens nos padrões de normalidade. (ABRAMO, 1994, p. 56).

Então, a juventude, sobretudo a das classes subalternas, é vista como uma categoria negativa, construída historicamente como um problema. As definições de infância, adolescência e juventude mudam na história e são relativamente arbitrárias, não correspondendo ao conjunto das pessoas e dos grupos definidos por meros conceitos. Para além de uma fase, a juventude é vista a partir de experiências compartilhadas por determinados grupos, em lugares e tempos específicos, sendo assim, uma forma de experiência coletiva compartilhada e significativa (SALLAS; BEGA, 2006).

A adoção, pelos pesquisadores, da noção de culturas juvenis ultrapassa os modelos anteriores na medida em que permite ver os jovens como sujeitos históricos e plurais. Além disto, o conceito de cultura juvenil agrega à juventude um sentido político de resistência. Com este conceito, a juventude pode ser, finalmente, analisada e compreendida a partir dos marcadores sociais de classe, região, religião, raça, etnia, gênero e sexualidade. As inflexões socioculturais e políticas são determinantes para a experiência dos jovens. Sendo assim, é preciso levar em consideração a condição juvenil, ou seja, as características concretas que definem as experiências compartilhadas daqueles grupos sociais que se autoidentificam como jovens. A juventude é, portanto, um conjunto relacional definido pelos limites e possibilidades dos jovens em interação com adultos e com outros grupos jovens (AZEVEDO, 2019; GROppo, 2017; SALLAS; BEGA, 2006).

Esta mudança de sentido é importante porque mostra que as definições e os lugares atribuídos à juventude sempre foram, e em grande parte ainda são, determinados pelos adultos. A juventude carrega um sentido político, pois remete à distribuição desigual de poder em nossas

sociedades. A luta dos jovens gira em torno do seu reconhecimento como sujeitos sociais e políticos, em suma, como sujeito de direitos.

A literatura sociológica europeia e latino-americana tem presente uma forte constatação: os marcadores tradicionais da entrada na idade adulta implodiram. Rompe-se com aquela expectativa criada na primeira modernidade, na qual a juventude findava com a saída da escola, a entrada no mercado de trabalho, a união conjugal, a saída da casa dos pais ou responsáveis e a experiência de paternidade ou maternidade. Experiências mais ou menos simultâneas que marcavam a entrada na maturidade. As transições à suposta maturidade se tornam labirínticas e reversíveis (GROPPO, 2017, p. 11).

Desta forma, a juventude deixa de ser vista como uma experiência universal e normativa segundo a qual a passagem para a fase adulta obedece a determinados ritos de passagem. Na verdade, trata-se agora de um rito de impasse, já que o casamento, os filhos, o emprego e a educação formal não garantem mais a entrada na fase adulta. E, para muitos grupos sociais subalternos, a entrada na fase adulta se dá antes mesmo da maturidade, pois os jovens ingressam cedo no mercado de trabalho, assumindo responsabilidades no sustento da casa, e as jovens muito cedo experimentam a maternidade, o cuidado com seus irmãos pequenos e os afazeres domésticos em suas residências ou fora delas. Sem contar que a experiência com a sexualidade e até mesmo com a prostituição se inicia muito cedo na vida de um grande número de jovens mulheres.

Em razão das transformações recentes ligadas tanto ao mercado de trabalho quanto às condições concretas em que a juventude é experimentada, surgem as chamadas gerações de fronteira: jovens, jovens adultos ou os jovens que não trabalham e não estudam (PAIS, 2009). Ainda há que se debruçar também sobre o ingresso ‘precoce’ dos jovens no mundo do crime e sua internação em instituições que forçam a passagem para a vida adulta (também no crime) para o cumprimento de medidas socioeducativas ou prisões (TEIXEIRA, 2015).

Nas sociedades contemporâneas, ocorre mesmo uma obsolescência daquele modelo de socialização no qual as gerações mais velhas transmitiam experiências passadas às mais novas para ordenar e domesticar o futuro. As

gerações mais jovens passam a questionar os valores, as hierarquias e o poder dos adultos, de maneira que não é mais possível, portanto, ter uma visão ingênua sobre as relações entre as faixas etárias. Ao mesmo tempo, é importante considerar o novo quadro social e analítico da juventude.

Tomar os jovens como sujeitos não se reduz a uma opção teórica. Diz respeito a uma postura metodológica e ética. [...] ver e lidar com o jovem como sujeito, capaz de refletir, de ter suas próprias posições e ações, é uma aprendizagem que exige um esforço de autorreflexão, distanciamento e autocrítica. (DAYRELL, 2003, p. 44).

As imagens da juventude como perigo e da juventude como transição, combinadas, reforçam o poder das instituições sociais e dos adultos sobre os jovens, tratados como seres vulneráveis ou incapazes, porque ainda incompletos, em formação. Tendem a desconsiderar as perspectivas distintas dos jovens acerca do mundo e do tempo, desvalorizadas diante da suposta superioridade da “experiência” dos adultos. Dificultam o diálogo entre as gerações, porque levam a pensar que os adultos nada têm a aprender com os mais jovens. (GROPPO, 2017).

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA NO BRASIL

Os dados nacionais para o ano de 2009 não deixam dúvida: os jovens são as maiores vítimas da violência, sendo que a morte de jovens negros se destaca. Os jovens brancos do sexo masculino apresentam taxa média de 138,2 mortos por causas externas para cada grupo de 100 mil habitantes. Os jovens pretos apresentam taxa de 206,9 e os pardos, 190,6. Quando analisadas apenas as mortes por homicídio, a taxa para os jovens brancos foi de 63,9 por 100 mil habitantes, os jovens pretos de 135,3 e os pardos, 122,8. Na faixa etária de 18 a 24 anos, os jovens brancos apresentam taxa de 74,3, enquanto entre os jovens pretos a taxa era de 163,1 e entre os jovens pardos, de 145,5 (CASTRO *et al.*, 2009, p. 32-33). Ou seja, as vítimas da violência letal, incluindo a violência policial, em geral, são jovens do sexo masculino, pobres e não brancos,

com poucos anos de escolaridade, que vivem nas áreas periféricas das grandes cidades brasileiras³.

Todo um caminho foi percorrido pela pesquisa acadêmica sobre juventude, desde Gregori (2000) e Diógenes (1998). Nas pesquisas, os jovens foram associados à violência, mas aos poucos o sentido da violência passou a mudar e os jovens começaram a ser reconhecidos como produtores de saberes, de culturas, de vivências que ultrapassam os marcos de uma concepção meramente negativa da juventude. Castro (2009) mostra como as políticas públicas naturalizaram a relação entre juventude e violência, embora esse desafio ainda seja grande em relação às pesquisas sobre medidas socioeducativas e sobre a participação dos jovens no mundo do crime e do tráfico de drogas, mas as mudanças começam a surgir também neste campo de estudos (SOARES, 2004). Neste sentido, tem razão Adorno (2010) quando diz que as primeiras abordagens sobre o jovem estão relacionadas às agendas públicas em torno do “problema do jovem”. A mudança de abordagem das pesquisas caminhou na direção de pensar menos em políticas públicas para os jovens e mais em políticas públicas dos jovens, assumindo que eles devem ser ouvidos, pois são agora considerados sujeitos sociais e políticos.

A juventude passou a ser analisada a partir de diversos campos do saber e da atuação das políticas públicas. Os temas mais importantes emergiram no contexto dos anos 1990 em razão das pesquisas realizadas pela Unesco no Brasil (SALLAS; BEGA, 2006). Desde então, órgãos públicos e pesquisadores ajudaram a criar um campo de pesquisas sobre juventude que permitiu isolar a condição juvenil no Brasil. Em outros contextos, as pesquisas da área da antropologia fizeram sondagens que permitiram compreender as diferentes culturas entre os jovens, sobretudo no contexto das periferias das principais capitais do país.

³ O debate sobre juventude e violência não pode se furtar a analisar, entre outros, a questão do recrutamento de jovens para atividades criminosas e as facilidades ainda vigentes para se obter arma de fogo no país, bem como o processo de educação e formação dos jovens em meio a um contexto de banalização da violência ou a uma dinâmica férrea da reprodução das desigualdades e da exclusão social. Como em todo o processo de reconhecimento, a afirmação da identidade e sua significação para o próprio jovem só se fazem perante o outro e o grupo mais amplo, e necessita, portanto, ser defendida, ainda que por meio da violência. Não se quer com isto reduzir a violência à sua dimensão simbólica apenas. Afinal, se o fenômeno se alimenta da sobrevalorização social do *ethos* guerreiro, da frustração em relação à possibilidade de realização dos padrões sociais ou da simples necessidade de se fazer reconhecer pelo outro, este também está relacionado, como já se discutiu, à disponibilidade de armas de fogo, à impunidade, à precariedade do controle social sobre o jovem e à própria banalização social da violência (FERREIRA *et al.*, 2009. p. 201-202).

Segundo Maria Rita Khel (2004), a juventude é uma idade crítica. Para a psicanalista, isso quer dizer que, em uma sociedade que redefine as identidades coletivas em termos de subjetividades isoladas de qualquer contexto, os jovens são tornados categoria a ser apropriada pelo mercado de consumo. Ocorre então, sobretudo para a juventude periférica, um esvaziamento da experiência coletiva: de um lado, está a ostentação pelo consumo, de outro, a violência pelos marcadores sociais da masculinidade, como é o caso do machismo e da cultura do corpo violento. Mas, “a violência entre as gangues da periferia, diferentemente de outros modos de expressão da violência juvenil, representa uma tentativa de demarcação e expressão da existência de todos aqueles que se sentem banidos e exilados, seja das vantagens econômicas, seja dos valores de uma ordem social segmentada e excludente” (DIÓGENES, 1998, p. 164).

Em pesquisa realizada por Abramovay e outros (2010), com grupos juvenis do Distrito Federal, aborda-se a questão da busca por reconhecimento, a exaltação do sentimento de pertença aos grupos e a busca por prestígio social. A relação entre gangues é pautada pela valorização da coragem, da fama e da lealdade ao grupo, de forma que a estigmatização das gangues urbanas contribui para a reprodução de estereótipos, riscos, marginalização e violências. É preciso compreender a cultura juvenil no que diz respeito à participação dos jovens em gangues, que se dá em razão das relações de amizade, objetivando respeito, fama, proteção, poder e algum ganho de ordem material. No interior das gangues, os jovens usam sua arte (música, dança e grafite) como crítica e experimentam. Os jovens atuam, constituem corporalidades e se territorializam; o espaço urbano é marcado assim como os corpos são significados. Nesta mesma direção, “a experiência das gangues torna-se assim um modo de ‘inclusão’ social às avessas cujo passaporte é a violência e a marca cultural é o território” (DIÓGENES, 1998, p. 32).

A cena da cultura juvenil periférica é essencialmente masculina, mas as jovens começam a aparecer mais neste espaço de poder masculino. A mulher é colocada em seu lugar e enfrenta preconceitos. Elas, então, adotam estratégias para serem aceitas: realizam as mesmas tarefas que os homens ou aproveitam o “ser mulher” como estratégia também de reconhecimento, como a valorização da corporalidade e da sexualidade.

Na gangue, as mulheres existem numa proporção de dez homens para uma mulher. Elas são quase sempre utilizadas entre os membros masculinos como ‘cheiro do queijo’, qual seja, atraem um desconhecido e o levam para um local ermo, quando, então, a gangue entra em ação. Observa-se entre as gangues a produção de um discurso marcado pelo preconceito e estigma em relação à condição feminina em que o termo mais recorrente, que se referem às mesmas, é as vadias. (DIÓGENES, 1998, p. 112-113).

Embora as jovens estejam mais presentes nos cenários das gangues urbanas, em grande parte sua presença oscila entre a manutenção dos estereótipos (no interior das masculinidades) ou no desafio ao poder dos jovens, procurando fazer o mesmo que eles. Elas ainda são minoria nos movimentos culturais das culturas juvenis, como é o caso das bandas de hip-hop, mas estão mais presentes, e de forma mais significativa, no entorno da cena das bandas: em shows, eventos e campanhas (ABRAMOVAY, 2010; WELLER, 2005)⁴.

E é interessante o contexto dos bailes funks cariocas, nos anos 1980 e 1990. Em meio à violência naturalizada dos morros do Rio de Janeiro, os bailes, animados pelos DJ's mais conhecidos na área, são formas ritualizadas da violência, conformando toda uma cultura da festa e do lazer para aqueles que ressignificam o sentido da periferia. Afinal,

em todos os fins de semana, no Grande Rio, são realizados, em média, setecentos bailes onde se ouve música funk. Segundo seus próprios organizadores, um baile com quinhentas pessoas é considerado um fracasso. Cada uma dessas festas atrai, também em média, mil dançarinos. Pelo menos uma centena de bailes reúne um público superior a 2 mil pessoas. Alguns deles costumam ter de 6 mil a 10 mil dançarinos. Fazendo as contas, por baixo, é possível afirmar que 1 milhão de jovens cariocas frequentam esses bailes todos os sábados e domingos. Um número por si só impressionante:

⁴ O hip-hop se disseminou de uma forma espantosa desde meados dos anos 1990. Embora a maioria dos grupos seja composta por homens, desde os anos 2000, mulheres, grupos de mulheres e grupos mistos estão se tornando mais comuns na cena musical e cultural periférica. O hip-hop vem sendo, desde então, incorporado a outros estilos musicais e tem saído do seu lugar de origem que são as periferias urbanas. Há hoje mais músicos brancos e até mesmo grupos indígenas. Mas a característica marcante continua sendo a linguagem dos jovens das quebradas. Cf. ARTISTAS de Rap nacional. *Last.fm*. Disponível em: <https://www.last.fm/pt/tag/rap+nacional/artists>. Acesso em: 24 jul. 2019.

nenhuma outra atividade de lazer reúne tantas pessoas, com tanta frequência. (VIANNA, 1988, p. 11)⁵.

É impressionante como a imprensa tende a dar ênfase apenas à violência ou ao efeito aparente de incitação à violência por parte das culturas juvenis periféricas. Todo um contexto cultural e social está implicado na cultura dos bailes e da música. Neste sentido,

o baile funk, ao espetacularizar a violência, publiciza todas as tensões sociais que se acirraram na condição juvenil dos moradores da periferia no final do século XX. A violência passa a funcionar como um modo de dar visibilidade a conflitos e tensões que permaneceriam virtuais, ignorados se não houvesse o baile como local de encenação de uma violência que pulsa no cotidiano dos bairros mas que não encontra, na sua territorialidade, formas de manifestação de todo o seu potencial, de toda a sua energia. A violência atua como um mapa cultural. (DIÓGENES, 1998, p. 32).

Sendo assim, a cultura juvenil periférica encontra elementos para curar as feridas da violência econômica, social e policial mais ampla com a incorporação da linguagem expressiva da música e das atividades artísticas em um cenário de segregação e de estigmatização.

CULTURAS JUVENIS E O HIP HOP

Favela no Brasil, poblacione no Chile, villa miseria na Argentina, cantegril no Uruguay, rancho na Venezuela, banlieu na França, gueto nos Estados Unidos; as sociedades da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos dispõem todas de um termo específico para denominar essas comunidades estigmatizadas, situadas na base do sistema hierárquico de regiões que compõem uma metrópole, nas quais os parias urbanos residem e onde os problemas sociais se congregam e infeccionam, atraindo a atenção desigual e desmedidamente negativa da mídia, dos políticos e dos dirigentes do Estado. São locais conhecidos, tanto para forasteiros

⁵ Esta discussão é ampliada e está muito mais aprofundada em Vianna (1997).

como para os mais íntimos, como “regiões problema”, “áreas proibidas”, circuito “selvagem” da cidade, territórios de privação e abandono e serem evitados e temidos, porque têm ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e de desintegração social. Devido à aura de perigo e pavor que envolve seus habitantes e ao descaso que sofrem, essa mistura variada de minorias insultadas, de famílias de trabalhadores de baixa renda e de imigrantes não-legalizados é tipicamente retratada à distância em tons monocromáticos, e sua vida social parece a mesma em todos os lugares: exótica, improdutiva e brutal. (WACQUANT, 2005, p. 07).

Apesar do cenário exposto, os relatos dos pesquisadores e as letras das músicas de rap e de hip hop revelam uma realidade mais matizada, cheia de significações, de experiências que ultrapassam os limites estreitos dos preconceitos e estigmas produzidos pelo olhar de fora. No mundo das experiências dos jovens de periferia, a segregação e a violência são produzidas pelas instituições estatais e pelas elites que não enxergam o mundo rico de experiências a não ser pela grande imprensa e de suas janelas blindadas. Todo um universo de uma cultura juvenil se descortina para quem é de dentro ou para quem pretende olhar a partir de dentro.

A distinção feita por Elias e Scotson (2000) entre estabelecidos e *outsiders* parece ser frutífera nessa comparação, posto que os jovens periféricos, sendo os eternos *outsiders*, começam a ver o centro a partir da periferia e o efeito é surpreendente, como o produzido pela literatura de Lima Barreto⁶.

Não é preciso repetir aqui que o hip-hop e o rap têm uma origem comum ligada à afirmação identitária da cultura negra dos guetos urbanos americanos. Tanto o rap, mais ligado à musicalidade e à originalidade das letras das músicas, quanto o hip hop, mais ligado às performances musicais presentes nas festas funks americanas, expressam uma interessante

⁶ O que espanta na atividade literária de Lima Barreto é sua coerência em todas as modalidades de escritos e o estilo de texto enxuto, preciso, direto, jornalístico e confessional. Ele escreve como se transpusesse as conversas que ouve em suas andanças pela cidade, sobretudo a conversa dos moradores do subúrbio. Ele também tem um estilo sardônico, desabusado, satírico, desbocado. E tem ironia e crítica visceral à desfaçatez dos poderosos da Primeira República. Característica marcante da sua obra: ela é testemunhal. É um tipo particular de testemunho, de um estrangeiro em sua própria sociedade, de um morador de subúrbio, de um *flâneur* negro engajado. Ou seja, um negro escritor que olha a cidade a partir da periferia, que olha a república a partir dos mocambos.

continuidade da musicalidade afro-americana cujas origens estão no Blues, no Jazz, no Rhythm & Blues e na Soul Music.

Embora sejam manifestações culturais essencialmente urbanas, expressam este sentimento de pertença, caracterizam-se pela alternativa à música de mercado e apresentam forte componente de autoafirmação do *black power*. Essas tendências, quando chegaram ao Brasil, parece que não constituíram uma continuidade com a música popular brasileira, sobretudo o samba e a bossa nova. Na verdade, pode-se até afirmar que o rap e o hip hop parecem ter encontrado nos repentistas do nordeste sua afinidade eletiva mais imediata. Em todo o caso, estas músicas e formas de expressão culturais foram reforçadas nas performances periféricas, em que os DJ's e os MC's tinham papel importante, no contexto da disseminação dos bailes funks e dos encontros musicais alternativos das favelas, morros e periferias.

O hip-hop está ligado etimologicamente ao movimento dos quadris, ou seja, à dança, à festa. Se hoje a expressão remete a um movimento cultural no geral bastante politizado, isso foi uma construção posterior. Rap costuma designar apenas a música, enquanto hip-hop se tornou o termo mais geral, que engloba também dança, moda, grafite, estilo de vida e atuação política - muitas vezes se fala em "movimento hip-hop". Em todo caso, o ponto que interessa destacar é que as dimensões festivas e críticas do rap e do hip-hop não são tão facilmente separáveis. (TEPERMAN, 2015, p. 20).

Mais que uma cultura ou uma apologia à violência, o que se observa nas gangues periféricas, e nos grupos de hip-hop, é uma prática de ressignificação em que a violência ganha uma conotação identitária que reforça a legitimação da resistência na forma de uma poética/estética de conversão e de luta. "As gangues (e o movimento hip hop) parecem congrega todos os 'desenraizados', os 'sem lugar', os 'sem referência' no código de 'valores dominantes' e ensinar uma forma coletiva de territorialidade e reconhecimento" (DIÓGENES, 1998, p. 170).

As armas da periferia são sua poesia, como diz Mano Brown. A música, neste sentido, tem o papel de instrumento educativo e também de consciência social em que se articulam a juventude, a quebrada, a negritude

e as masculinidades, fazendo com que, talvez, o símbolo mais duradouro destas novas culturas juvenis seja a ideia de irmandade ou fraternidade – sendo esta constituída como um critério de identidade periférica: a fraternidade dos manos (e das manas).

Mas é claro que, no contexto da violência legitimada pelas estruturas organizadas do mundo do crime, a noção de irmão ou de irmandade tem um conteúdo também problemático, pois não se coloca apenas como confronto com a polícia, mas também como estratégia de gestão hegemônica do crime (DIAS, 2012; DIÓGENES, 1998). Neste universo, crime e lei, ordem e desordem, não são polarizações irreconciliáveis, e esta característica está presente nas músicas do hip-hop. Sobre a relação entre juventude e violência, muito já foi dito e muito ainda há de ser pesquisado. No entanto, a cultura da violência (e o *ethos* guerreiro) é parte integrante da condição juvenil negra e periférica. Esta potência de vida que se coloca como crítica à violência genocida do estado está presente na obra dos Racionais MC'S, por exemplo (OLIVEIRA, 2018)⁷.

Desde o princípio o rap nacional vai se reconhecer enquanto gênero cantado por negros que reivindicam uma tradição cultural negra por meio de um discurso de demarcação de fronteiras étnicas e de classe que denuncia o aspecto de violência e dominação contido no modelo cordial de valorização da mestiçagem. (OLIVEIRA, 2018, p. 25).

Sendo assim, o rap e o hip-hop não são apenas expressões musicais afinadas aos gostos da periferia e que acabaram ganhando a atenção da indústria cultural. São músicas, danças e performances culturais que expressam um saber compartilhado, uma vontade de superação da segregação e da humilhação. Definem-se a partir de um lugar de fala subalterna e negra (fala tensa e densa, recortada, cheia de gírias, repleta de aliterações) que reflete as incertezas da vida periférica. Ao mesmo tempo, elas disseminam críticas à violência do estado e aliciam os jovens periféricos para sobreviverem no campo de batalha⁸. É uma música guerreira, mas que almeja a paz, o cessar fogo, sem ser ingênua.

⁷ O que dá unidade ao movimento hip-hop, além da origem e do lugar periférico de seus artistas, é a crítica e a denúncia severas às injustiças sociais e à violência policial. Mas é evidente que há uma diversidade de grupos e de músicas e não é o propósito deste ensaio fazer um balanço de todas as características do movimento. Toma-se aqui o exemplo do álbum “Sobrevivendo no inferno”, dos Racionais, para fazer a reflexão.

⁸ As canções de grupos de artistas como Racionais MC'S, Sabotage, RZO, Fação Central, Pavilhão 9, Dexter, entre outros, não são apenas uma representação das condições de vida da periferia e um diagnóstico da falência do projeto nacional, mas um modelo de compromisso com a vida e valores dos marginalizados, cujo destino condiciona a qualidade da obra, quando esta é bem sucedida. (OLIVEIRA, 2015, p. 07).

A música pretende, assim, transpor a guerra para o plano do discurso e desarmar, pela lírica e pela sonoridade, o mundo militarizado que cerca as periferias. “O texto (das letras dos Racionais MC’S) almeja partilhar uma sabedoria construída coletivamente pela periferia, integrando-a à vivência dos sujeitos” (OLIVEIRA, 2018, p. 32). Por esta razão, a disseminação da cultura hip-hop tem esta potência transformadora junto aos jovens, porque não é apenas denúncia ou revanche, é expressão de um novo *habitus* social em ruptura com o modelo da cordialidade da casa-grande e da senzala; é a fala candente e cadenciada de centenas de novas repúblicas de palmares.

Logo, o hip-hop não é apenas uma forma de expressão musical, mas um chamado que expressa uma cultura juvenil que emerge das experiências limites da violência nas comunidades periféricas e que atinge, sobretudo, os jovens negros⁹. “Observa-se que o movimento hip-hop se utiliza dos mesmos referenciais das gangues e galeras, porém, invertendo o lema da violência para a dimensão da consciência” (DIÓGENES, 1998, p. 121).

Trata-se mesmo da consciência e da resistência às estratégias da necropolítica periférica (MBEMBE, 2019), que produzem dezenas de milhares de mortes de jovens negros, que, para além dos grandes massacres produzidos (e impunes) dos anos 1990 e 2000, agora são rotinizados e naturalizados. As letras das músicas expressam esta constatação:

Um dia um PM negro veio embaçar
E disse para eu me pôr no meu lugar
Eu vejo um mano nessas condições, não dá
Será assim que eu deveria estar?
Irmão, o demônio fode tudo ao seu redor
Pelo rádio, jornal, revista e outdoor
Te oferece dinheiro, conversa com calma
Contamina seu caráter, rouba sua alma
Depois te joga na merda, sozinho
Transforma um preto tipo A num neguinho
Minha palavra alivia sua dor, ilumina minha alma

⁹ Esta discussão é aprofundada em seus mais diferentes aspectos por Oliveira (2015).

Louvado seja o meu Senhor
Que não deixa o mano aqui desandar
E nem sentar o dedo em nenhum pilantra
Mas que nenhum filha da puta ignore a minha lei
Mano Brown

A denúncia ainda é parte do eixo das canções e reflete a consciência de que algo errado está ocorrendo no interior desta naturalização da violência contra os jovens negros periféricos. Denúncia e consciência, nunca aceitação e resignação. É uma expressão da periferia, mas projeta a universalidade de uma postura pós-colonial: “*Na esperança da periferia eu sou mais um / Uma bala vale por uma vida do meu povo / Quantos manos iguais a mim se foram? / Não quero admitir que sou mais um / Um corpo a mais no necrotério, é sério / Um preto a mais no cemitério, é sério*”, no texto de Edi Rock.

Esta linguagem musical tem acordes que propõem uma tomada, portanto, de consciência e que se coloca na contramão da violência naturalizada. “É como se o hip-hop tivesse sido forjado como alternativa mais próxima às práticas ensejadas pelas gangues e projetasse, através da inversão dos referentes, uma mudança radical.” (DIÓGENES, 1998, p. 123).

O hip-hop eleva o tom da crítica às injustiças sociais mais amplas na medida em que para cada morte, cada cova, há uma família e uma mãe que perderam um filho.

Dois de novembro, era Finados
Eu parei em frente ao São Luiz do outro lado
E durante uma meia hora olhei um por um
E o que todas as senhoras tinham em comum?
A roupa humilde, a pele escura
O rosto abatido pela vida dura
Colocando flores sobre a sepultura
Podia ser minha mãe.
Mano Brown

A violência juvenil no Brasil está naturalizada nos discursos oficiais e nas práticas institucionais. Igualmente, há a associação tácita da cultura juvenil (e do lazer) como pertencente ao universo das atividades de tempo livre. Nesse sentido, cultura e lazer não estariam relacionadas nem ao tempo da produção, nem ao tempo da participação política. É como se os jovens, ao estarem fora do mercado de trabalho e, portanto, fora do mundo adulto, tivessem no tempo livre a possibilidade de realizarem as atividades pertencentes ao mundo do crime e da violência.

Nesta perspectiva, os jovens seriam objeto de políticas públicas no momento e nos espaços da cultura e do lazer. Não por menos, as políticas públicas voltadas para a juventude, no que diz respeito ao rompimento do ciclo da violência, concebem estratégias de ocupação do tempo livre dos jovens com atividades legitimadas socialmente. Esta é uma perspectiva que não considera as diferentes formas das culturas juvenis ao reduzirem cultura às atividades culturais também legitimadas pelo mundo dos adultos (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005).

É o que demonstra a etnografia realizada por Azevedo (2019) em um bairro periférico de uma cidade da grande Curitiba. Embora os projetos sociais tenham como foco ocupar o tempo livre dos jovens em horário alternativo à escola e em complementação às atividades escolares, o tempo vivencial e as atividades dos jovens ultrapassam estas demarcações. Os espaços e os tempos são plurais e os jovens circulam, conversam e se articulam para além do que está previsto nas políticas públicas. Há, na verdade, todo um entrecruzamento de sociabilidades, afetos, moralidades, drogas, códigos de honra que, junto com a música e com os esportes, promovem um *continuum* entre escola, lazer e cultura juvenil.

Por isso, a importância de que os estudos privilegiem a visão dos jovens sobre o bairro periférico e sobre suas experiências, pois eles têm consciência da discriminação territorial, social e racial de que são vítimas, da mesma forma como expressam as músicas do hip-hop. Mais ainda, os jovens demonstram consciência da existência da violência, da violência policial e das drogas. Ou seja, no universo da periferia, os jovens sabem fazer distinção entre o crime, os criminosos e como conviver no cotidiano, revendo estigmas e negociando os espaços e territórios.

As mesmas descobertas desta identidade, que envolvem o reconhecimento de sua não pertença à cidade e ao mundo dos brancos de

classe média, foram observadas em outras pesquisas (DIÓGENES, 1998). Afinal, a “dimensão da violência não pode ser pensada de forma dissociada do contexto juvenil dos bairros de periferia” (DIÓGENES, 1998, p. 26).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para terminar, sem necessariamente concluir, uma série de livros, documentários e filmes esboçam a realidade da vida das populações subalternas nas grandes periferias brasileiras e em sua relação com as instituições da ordem, sempre marcadas pela violência e pela discriminação. Começando pelo clássico *Pixote, a lei do mais fraco* (1981), de Hector Babenco, passando por *Notícias de uma guerra particular* (1999), de João Moreira Salles, chegando nos *blockbusters*, *Cidade de Deus* (2002), de Fernando Meirelles, *Carandiru* (2002), de Hector Babenco, e *Elite da Tropa* (2007), de José Padilha, a juventude é retratada de forma lateral e imersa em um jogo de violência que delimita os espaços urbanos entre o crime, sobretudo o tráfico, as gangues e a polícia.

O jovem se tornou foco de atenções mais recentemente no documentário *Falcão, meninos no tráfico* (2006), de MV Bill e Celso Athayde. No filme, embora o jovem ainda apareça de forma individualizada, percebe-se uma cultura juvenil que marca o sentido de pertença dos jovens ao território periférico a partir de uma performatividade violenta expressa na posse da arma, nas tatuagens, no estilo de vida, na linguagem, na corporalidade e na música¹⁰. A cultura juvenil periférica, exemplificada pelo hip-hop, opera, então, uma inversão da ordem urbana burguesa, pois, ao invés de ocupar os espaços privados e fechados em si mesmos, a cultura juvenil periférica atua nos espaços da cidade, ocupando as favelas e bairros, em uma nova ordem pública.

A polícia, evidentemente, não respeita esses espaços e o tempo todo para, revista, checka, prende, pune e agride, obrigando os jovens a permanecerem em seus lugares, a assumirem os espaços a eles destinados, nestes guetos não murados. Os jovens ficam presos nestes espaços semipúblicos e semiprivados, como no documentário *A Ponte* (2006), de Roberto Oliveira e João Wainer, em que a segregação socioespacial da

¹⁰ *Falcão, meninos no tráfico*, de MV Bill e Celso Athayde. 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B-s2SDi3rkY>. Acesso em: 23 jul. 2019.

cidade de São Paulo é mostrada a partir do rio Pinheiros, que é recortado por pontes que ao invés de ligarem as regiões da cidade, separam e segregam a zona sul de São Paulo, produzindo enclaves e separando os espaços, as sociabilidades e os corpos¹¹.

Por fim, o que vale para as gangues urbanas também vale para a linguagem do hip-hop: “percebe-se que ao mesmo tempo em que o território de atuação das gangues se projeta como lugar ‘subterrâneo’, ele pretende ganhar visibilidade e expressar, para o ‘mundo oficial’, sua condição de invisibilidade, ritualizando sua existência” (DIÓGENES, 1998, pg. 166). Para além do estigma, da violência e da segregação, as culturas juvenis estão aí para reinventar, desde seu fundamento, a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis*. São Paulo: Scritta/Anpocs, 1994.
- ABRAMOVAY, Míriam (org). *Gangues, Gênero e Juventudes*: donas de rocha e sujeitos cabulosos. Brasília: Kaco, 2010.
- ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira. Juventude e delinquência como problemas sociais. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, São Paulo, Brasil, n. 2, p. 01-11, 2010.
- ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- AZEVEDO, Mariana Correa de. *Vozes da periferia*: Trajetórias de vida e moralidades dos jovens habitantes do Jardim Holandez. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) - UFPR, Piraquara-PR, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. São Paulo: Marco Zero, 1983. p. 121-121.
- BRENNER, Ana Karina.; DAYRELL, Juarez.; CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira*: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, p.175-214.
- CASTRO, João Paulo Macedo e. *A invenção da juventude violenta*: análise da elaboração de uma política pública. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- CASTRO, Jorge Abraão de et al. (org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009.

¹¹ *A Ponte*, de Roberto Oliveira e João Wainer. 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rs0mbQBddag>. Acesso em: 23 jul. 2019.

- DAYRELL, Juez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, set./out./nov./dez. 2003.
- D'ANDREA, Tiarajú Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip-hop*. São Paulo: Annablume, 1998.
- ELIAS, Norbert. Sugestões para uma teoria de processos civilizadores. In: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 2v. p. 180-256.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FERREIRA, Hélder *et al.* Juventude e políticas de segurança pública no Brasil. In: CASTRO, Jorge Abraão de *et al.* (org). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009. p. 191-219.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- GROPPO, Luís Antonio. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. *Desidades*, Rio de Janeiro, n. 14, ano 5, mar. 2017.
- KHEL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições, 2019.
- OLIVEIRA, Acauam Silvério de. O evangelho marginal dos Racionais MC'S. In: OLIVEIRA, Acauam Silvério de. *Racionais MC'S: sobrevivendo no inferno*. São Paulo: Cia da Letras, 2018. p.19-23.
- OLIVEIRA, Acauam Silverio de. *O fim da canção? Racionais MC's como efeito colateral do sistema cancional brasileiro*. 2015. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PAIS, José Machado. A juventude como fase da vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 371-381, 2009.

SALLAS, Luisa Fayet; BEGA, Maria Tarcisa Silva. Por uma Sociologia da Juventude: releituras contemporâneas. *Política e Sociedade*, Florianópolis, n. 8, abr. 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. *In*: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 130-159.

TEIXEIRA, Joana D'Arc. *Os sujeitos e lugares da punição: da passagem do/a jovem perigoso/a para o/a jovem em perigo: um estudo das dimensões do dispositivo da gestão dos riscos e de controle social da juventude*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília, 2015.

TEPERMAN, Ricardo. *Se liga no som: as transformações do rap no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

VIANNA, Hermano. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

VIANNA, Hermano (org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

WACQUANT, Loic. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WELLER, Wivian. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Revista*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 107-126, abr. 2005.